



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS-UNIGOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO PRESENCIAL – PROEP
SUPERVISÃO DA ÁREA DE PESQUISA CIENTÍFICA - SAPC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO E
INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS**

FRANCYELLE DOS SANTOS
JOSIENE GONÇALVES DA MOTA
MALLUMA MARQUES RESENDE
ORIENTADOR: PROF. M. e ESP. JOSÉ DONIZET LOBO

GOIÂNIA
DEZEMBRO, 2020.

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS

Trabalho final de Curso apresentado e julgado como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás- UNIGOIÁS na data 10 de dezembro de 2020.

FRANCYELLE DOS SANTOS

JOSIENE GONÇALVES DA MOTA

MALLUMA MARQUES RESENDE

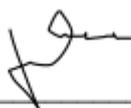
ORIENTADOR: PROF. M. e ESP. JOSÉ DONIZET LOBO

GOIÂNIA
DEZEMBRO, 2020.

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS

FRANCYELLE DOS SANTOS
JOSIENE GONÇALVES DA MOTA
MALLUMA MARQUES RESENDE

Trabalho final de Curso apresentado e julgado como requisito para a obtenção do grau de Bacharelado no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás- UNIGOIÁS na data 10 de dezembro de 2020.



Orientador: Prof. M.e Esp. José Donizet Lobo
Centro Universitário de Goiás-UNIGOIÁS

Prof. Dr. M.e Esp. Gélío Mendes Ferreira
Centro Universitário de Goiás-UNIGOIÁS



Prof. Esp. Regina Célia Anchieta Peixoto

A Deus toda glória e honra!

LISTA DE ABREVIATURAS

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

BACEN- Banco Central

BCB- Banco Central do Brasil

CNC- Confederação Nacional do Comércio

PEIC- Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

SPC- Serviço de Proteção ao Crédito

CNDL- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

ENEF- Estratégia Nacional de Educação Financeira

CONEF- Comitê Nacional de Educação Financeira

BNCC- Base Comum Curricular

MEC- Ministério da Educação e Cultura

CVM- Comércio de Valores Mobiliários

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Resumo: Com o aumento do número de produtos financeiros que são ofertados no mercado, aumentou também a necessidade de se obter certo preparo por parte do consumidor na hora de adquirir bens ou fazer um investimento. Diante dessa realidade vem se notando a importância de se ter uma boa educação financeira, visto que a grande maioria não possui conhecimentos básicos para gerir suas finanças. Com base nesse cenário o problema de pesquisa está relacionado à qualidade da tomada de decisões dos indivíduos, no que diz respeito a aspectos financeiros. O que leva ao seguinte questionamento? O acesso à educação financeira influencia a tomada de decisões? Para responder esse questionamento, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica, através de artigos publicados e livros que tratam do assunto. Foram analisadas as possíveis causas que levam à inadimplência e endividamento. O estudo identificou que o planejamento financeiro é uma ferramenta de extrema importância para o controle dos gastos e uma vida financeira mais saudável. Conclui-se que a educação financeira possibilita uma relação amistosa com o dinheiro, mas é possível com estudo, determinação e disciplina.

Palavras-Chaves: 1.Educação Financeira; 2.Inadimplência; 3.Endividamento; 4.Finanças Pessoais e 5.Planejamento Financeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	10
3	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1	Importância e Conceito da Educação Financeira	11
3.2	Educação Financeira no Brasil (Processo Histórico)	12
3.3	Endividamento e Inadimplência	15
3.4	Planejamento Financeiro e Finanças Pessoais	18
3.4.1	Planejamento financeiro	18
3.4.2	Finanças pessoais	20
3.5	Importância da Educação Financeira Precoce	21
3.6	Iniciativas do Governo: Ensino da Educação Financeira	23
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6	BIBLIOGRAFIA	28

1 INTRODUÇÃO

A cada dia que passa, aumenta o número de produtos financeiros que são ofertados no mercado. Cartão de crédito, cheque especial, financiamentos, fundo de investimentos, dentre tantos outros. Essa situação exige do consumidor certo preparo na hora de adquirir um bem ou fazer um investimento, visto que são grandes os riscos de ter que lidar com situações complexas e indesejadas. Ao tomar a decisão de investir, as pessoas se deparam com inúmeros fatores que tornam essa decisão um tanto quanto complicada. São eles, as taxas de retorno, período de carência, quantia de entrada.

O crédito possibilita a antecipação do poder de compra e diretamente as atividades de mercado são expandidas. Um maior acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor, mas em determinado nível o consumidor pode não conseguir arcar com suas obrigações, o que o levará a um endividamento (Bortoluzzi et al, 2015).

Aumentam os incentivos de crédito, proporcionalmente, aumentam os níveis de consumo, e diante dessa moderna sociedade de consumo, a educação financeira tem ganhado importância perante a incapacidade das pessoas em administrar suas finanças pessoais, causando prejuízos a elas mesmas, às organizações e a sociedade no geral (Massaro, 2015).

A educação financeira, então, surge como um amparo para que os indivíduos possam garantir um consumo saudável e equilibrado, a curto, médio e longo prazo, contribuindo, assim, para o controle, estabilidade e transparência do sistema financeiro. Ter acesso à educação financeira permite a população planejar e controlar as despesas e receitas, evitando o endividamento e como consequência a inadimplência (Cordeiro, Almeida e Figueiredo, 2013).

Para Rocha (2008), quando o indivíduo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades. E isso ajuda, não só na vida financeira, mas também nos aspectos familiares.

A partir desse cenário, o objetivo do presente trabalho é estudar analiticamente como a educação financeira influencia os indivíduos em suas tomadas de decisões. Averiguar se a ausência da mesma tem relação com o descontrole financeiro e os altos níveis de endividamento, e conseqüentemente inadimplência.

O problema de pesquisa está relacionado à qualidade da tomada de decisões dos indivíduos, no que diz respeito a aspectos financeiros. O que leva ao seguinte questionamento: O acesso à educação financeira influencia a tomada de decisões?

O estudo pretende identificar se a presença da educação financeira afeta a forma pela qual as pessoas decidem investir ou poupar seus recursos.

O tipo de pesquisa adotado no trabalho foi de caráter descritivo qualitativo. Para mais, foi feito um levantamento bibliográfico, através de pesquisa em livros e publicações que fossem relevantes para o tema. As informações obtidas por esses meios citados foram examinadas conforme o problema de pesquisa e referidas conforme o grau de importância, buscando assim, esclarecimento e sustentação para contribuição do presente estudo.

O tema apresenta relevância, visto que as pessoas são afetadas pelas decisões de cunho financeiro que tomam. Sobre as decisões que tenham natureza financeira, como optar por um investimento ou poupar recursos e cortar gastos, cabe avaliar se os indivíduos realmente tem conhecimento dos riscos envolvidos nas operações corriqueiras do seu dia a dia, e se entendem a relação de custo e benefício dessas mesmas decisões.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de analisar o impacto da educação financeira nas tomadas de decisões, adotou-se a metodologia de caráter descritivo qualitativo. Buscou averiguar através de estudos e levantamentos realizados, se a exposição à educação financeira influencia na forma pelo qual as pessoas decidem poupar, gastar ou investir.

O estudo descritivo é aquele que busca determinar a frequência com que algo ocorre ou que uma coisa está relacionada com a outra (Collins e Hussey, 2005). Dessa maneira optou-se por um estudo descritivo, pois buscou identificar a relação da educação financeira nas tomadas de decisões de cunho financeiro na vida das pessoas.

O procedimento monográfico foi o utilizado no trabalho, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, P.108), esse procedimento se caracteriza no estudo com a finalidade de obter generalizações.

O presente trabalho apresenta os fatores que compõem e influenciam os indivíduos na educação financeira. Para tanto a abordagem é feita através do modo dedutivo, que de acordo com Lakatos e Marconi (2003, P.106), é o método pelo qual se partem os princípios que são considerados indiscutíveis, teorias e leis, o que possibilita chegar a uma conclusão lógica.

Inicialmente foram conceituados os termos que mais se adequassem ao tema em destaque, possibilitando um melhor entendimento do assunto, feitas através de pesquisas bibliográficas. Como processos analíticos, dados extraídos de pesquisas que abordavam o tema educação financeira, foram analisados.

Gil (2007) define método como sendo o caminho para se chegar a determinado fim. Método científico então é o conjunto de regras básicas para desenvolver uma experiência, com a finalidade de produzir novos conceitos, e também complementar e corrigir conhecimentos já existentes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Importância e Conceito da Educação Financeira

A educação financeira vai muito além de saber economizar o dinheiro. Ela baseia-se nas práticas que objetivam qualidade de vida presente e futura. Através dela se constrói um planejamento financeiro visando o bem estar (Clear, 2020).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2005, educação financeira pode ser definida como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Bassil (2018) explica que a educação financeira é vista como uma ferramenta de extrema importância para auxiliar as pessoas a planejar, poupar, gerir e também investir sua renda, e com isso garantir uma vida financeira estável.

Por esse motivo, nos últimos anos, devido ao desenvolvimento dos mercados financeiros e as grandes mudanças políticas e econômicas sofridas, a questão da educação financeira se expandiu e tem se destacado na sociedade contemporânea.

Apesar da evidente importância de se ter uma boa educação financeira, para Lusardi e Mitchell (2011), a falta da mesma é uma realidade no mundo todo. Uma grande porcentagem da sociedade não tem o costume de buscar informações que as auxiliem na gestão financeira. Simultaneamente, não há percepção de uma cultura coletiva por parte da sociedade na busca de uma população preocupada, equilibrada e financeiramente educada. (BACEN, 2013).

A educação financeira torna possível o desenvolvimento das finanças pessoais e contribui para que haja um destino mais eficaz dos recursos financeiros, resultando em uma maior e melhor subsistência financeira a nível micro e macro (Klapper; Lusardi; Panos, 2012).

A educação financeira é de extrema importância, pois é através da mesma que o cidadão aprende a importância das finanças e começa a usar racionalmente os recursos na obtenção de qualidade de vida. E isso deve se iniciar desde cedo. Nesse contexto, a família e as escolas tem importante papel na construção de uma nova conduta daqueles que serão futuros consumidores. Através da educação financeira é possível formar cidadãos conscientes e mais qualificados para fazerem parte do desenvolvimento econômico e social do país (Dinheirama, 2010, p. 1).

Para Braunstein e Welch (2002), a ausência de eficiência na administração do dinheiro deixa os consumidores suscetíveis a problemas financeiros mais graves. Sob uma visão mais ampla, o estudo das autoras revela que a falta de habilidade para administrar de modo efetivo suas finanças, comprometem as operações de mercado e as forças competitivas. Em contrapartida, quando os agentes estão bem preparados o mercado automaticamente se torna mais eficiente e competitivo.

3.2 Educação Financeira no Brasil (Processo Histórico)

No Brasil, a falta da educação financeira está ligada ao passado histórico e também cultural. É o que afirmam Vieira, Bataglia e Sereia (2011). O país sofria com as altas taxas de inflação, o que impossibilitava ter um planejamento financeiro pessoal.

O cenário que o país enfrentava era composto por altos índices de inflação, associados à baixa bancarização, crédito escasso e pouquíssimo acesso à informação. O que levava o brasileiro não conseguir planejar a vida financeira nem a curto ou longo prazo. O dinheiro mal era visto, pois circulava rapidamente na troca de produtos para subsistência das famílias.

Todo esse cenário resultou no atraso de um tratamento mais aprofundado da educação financeira e esse fato está diretamente ligado à instabilidade financeira enfrentada pelo país.

Essa instabilidade afetou a capacidade de planejamento dos brasileiros durante muitos anos.

A educação financeira passou a ser abordada com a queda da inflação a partir da implantação do plano real. O plano real foi um programa brasileiro que tinha o intuito de estabilizar as reformas econômicas. O mesmo se mostrou o plano de estabilização econômica mais eficaz da história. Reduziu a inflação, que era o objetivo principal, e também ampliou o poder de compra da população, o que levou a uma remodelação dos setores nacionais.

A situação econômica do país teve inícios de melhora, a partir de 1999. Alguns determinantes importantes para o conceito e a prática da educação financeira começaram a mudar. Dois deles foram bastante relevantes para esse período. Foram eles: o controle da inflação e a expansão da bancarização. O gráfico abaixo relaciona o crescimento rápido desta bancarização e a redução dos níveis dos preços.



Fonte: Febraban e IBGE

Na trajetória da educação financeira do Brasil, o terceiro determinante foi o crédito. Obteve força um pouco mais tarde. Isso aconteceu primeiramente por causa do fim do “imposto inflacionário”, logo em seguida, pelo avanço da atividade econômica e mais recente pelo emprego formal. Durante esse período verificou uma verdadeira revolução, que espalhou o crédito por vários setores da economia.

Esses fatores em conjunto permitiram ao brasileiro de renda média a oportunidade de compreender o conceito de planejamento financeiro. O que antes era não se podia pensar passou a ser plausível.

Iniciados os ajustes na economia com a implantação do plano real, o país teve finalmente a inflação controlada e o sistema financeiro se mostrou mais firme. Houve um grande aumento dos ganhos para trabalhadores.

O novo cenário possibilitou, também, que os investimentos se espalhassem pelo país, pois havia uma maior previsibilidade econômica. Mais empresas, mais empregos, o que levou a uma queda gigantesca no nível de desemprego, o que não acontecia durante muitas décadas.

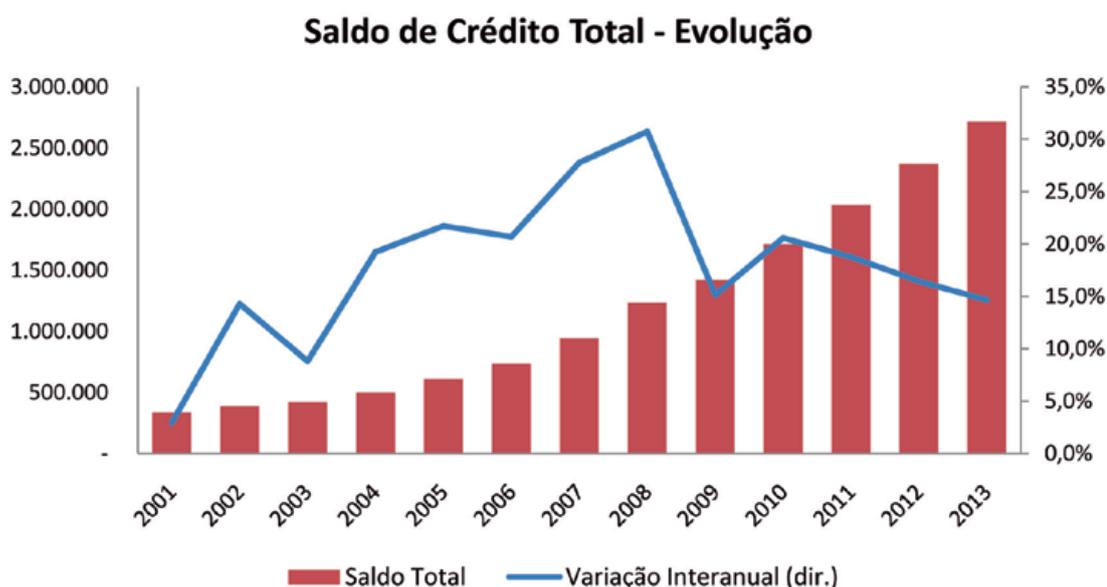
É estimado que entre os anos 1993 e 2011 cerca de sessenta milhões de pessoas começaram a fazer parte de uma nova classe média. Diante desse cenário, se observou a redução da pobreza e conseqüentemente a um aumento do consumo, que impulsionava a cada vez mais a economia.

Em 2001 a economia internacional viveu um período de grande liquidez graças ao efeito da política monetária americana, que estava passando por uma crise e precisava de incentivos

para sua recuperação. Isso levou a uma enxurrada de dólares no seu país e conseqüentemente no resto do mundo.

Dessa maneira, a cotação do dólar que estava em estágio avançado começou a desvalorizar de forma crescente. A desvalorização do dólar fez com que houvesse um aumento no consumo de produtos importados. Havia muitos dólares circulando de forma cada vez mais fácil no país, e dessa maneira já não eram necessárias as enormes taxas de juros estabelecidas pela autoridade monetária para atrair as reservas estrangeiras, o que garantiu uma estabilidade econômica brasileira.

Nesse mesmo tempo o governo se empenhava em atender solicitações que foram contidas anteriormente, devido à situação macroeconômica não favorável. Várias melhorias legislativas contribuíram de forma positiva. Dentre elas estão, a Lei de Falências, a Lei de Alienação Fiduciária em garantia, entre outras. Todas elas com conjunto contribuíram para que nos anos 2000, o saldo de crédito do país expandiu a taxas próximas de 18% ao ano. O gráfico a seguir mostra o aumento acelerado do crédito no período mencionado.



Fonte: BCB

Com a evolução do uso do crédito uma grande parte da população se transformou em classe média. Essa parte predominante tinha acesso, agora, às políticas tradicionais financeiras. Dessa forma além de um aumento do consumo e uma maior bancarização, houve uma grande exploração, por parte das empresas, dessa parte do mercado, antes pouco explorada.

Apesar de demanda e oferta crescerem juntas, o ritmo não era totalmente regulado, pois a combinação da rápida expansão das ferramentas de crédito com o conhecimento reduzido de

seu uso por parte da população gerou resultados negativos para a saúde do sistema financeiro. A inadimplência cresceu e o mercado de crédito sofre um abalo nos seus primeiros passos.

3.3 Endividamento e Inadimplência

A educação financeira está diretamente ligada ao nível de endividamento de um indivíduo, isso porque a forma como ele administra seus recursos define a saúde das suas finanças (Oliveira, I. 2019. P.22).

A falta de conhecimento financeiro em conjunto ao consumo exagerado pode acarretar na tomada de decisões erradas, como contrair crédito a juros elevados e como forma de pagamento, utilizar os meios oferecidos pelas instituições financeiras, e refletindo, assim, diretamente no nível de endividamento dos consumidores (Pinheiro, R. 2008).

O endividamento pode ser compreendido como o uso de recursos de terceiros, mas frequentemente o uso de linhas de crédito ofertadas por instituições financeiras, para obtenção de bens ou serviços. Ao se decidir por esse meio de obtenção de recursos. O consumidor se compromete em devolver o montante tomado, acrescido de juros e correção monetária (Vieira, 2014).

Frequentemente o endividamento é associado à inadimplência. Porém, quando o consumidor toma emprestado algum recurso financeiro para adquirir um bem, ele está se endividando. Quando há o excesso de dívidas e o consumidor não consegue honrar com o que foi combinado, impossibilitando a quitação do contrato até a data do vencimento, configura inadimplência (Silva, Souza, Fajan, 2015).

Como fica claro, o endividamento e a inadimplência são situações diferentes, mas que têm uma relação, pois o endividamento é o primeiro passo para chegar à inadimplência.

O brasileiro tem dificuldade em administrar seu orçamento, suas dívidas e também em adquirir bens. Isso é resultado de um passado inflacionário, combinado com os fatores estruturais macro e microeconômicos que contribuem para a inadimplência e endividamento (Macedo Jr., 2007).

Para Brusky e Magalhães (2007), após o plano real e a inflação se estabilizarem, o crédito se tornou um elemento fundamental na vida dos brasileiros. O fato de as taxas de juros serem uma das maiores do mundo não impede que grande parte da população brasileira use com regularidade o crédito e suas mais variadas formas. Como por exemplo, o crediário, empréstimos, financiamento, cartões de crédito, cheque especial, entre outros.

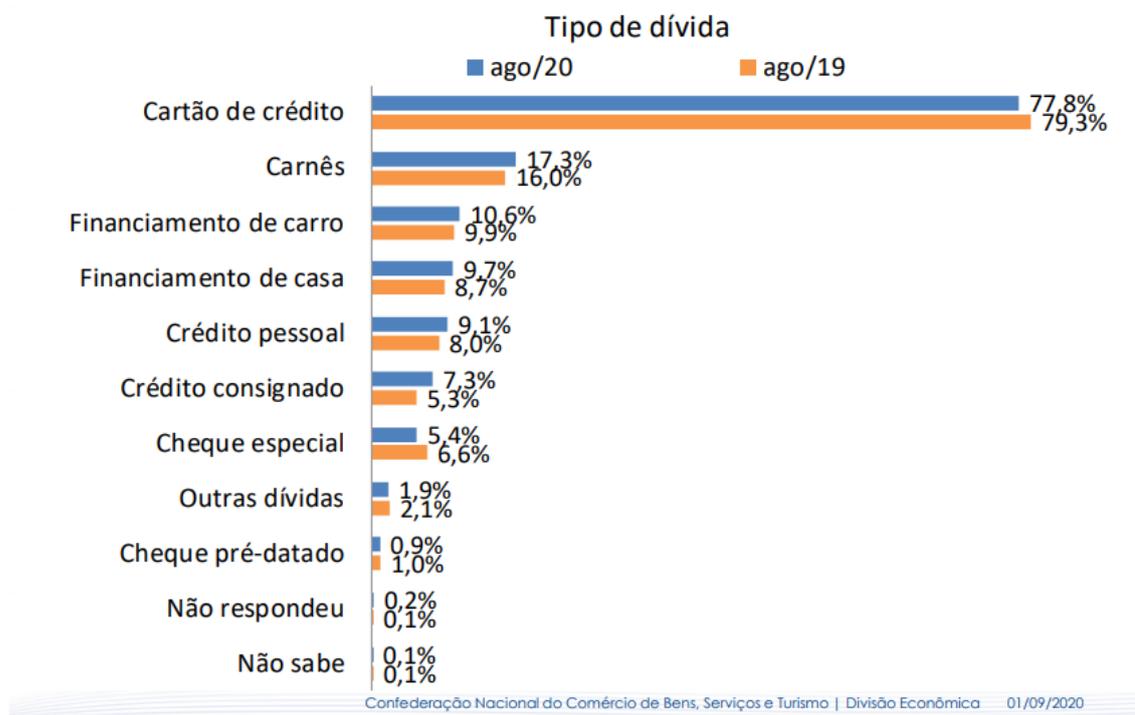
Sete em cada dez brasileiros estão endividados, é o que afirma a CNC (Confederação Nacional do Comércio). A pesquisa feita pela CNC apurou que o número de famílias com

dívidas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro bateu novo recorde em abril de 2020. O nível de endividados chegou a 66,6%. Em agosto esse número subiu para 67,5%, e atingiu o maior índice da história da CNC, na comparação anual a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). O número de famílias com dívidas ou contas em atraso, os inadimplentes, aumentou para 26,7% em agosto e atingiu a maior proporção desde março de 2010.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
<i>Agosto de 2019</i>	64,8%	24,3%	9,5%
<i>Julho de 2020</i>	67,4%	26,3%	12,0%
<i>Agosto de 2020</i>	67,5%	26,7%	12,1%

Os dados da pesquisa realizada pela PEIC evidenciam ainda quais são os tipos de dívida. O cartão de crédito é apontado como o principal agente do endividamento com 77,8%. Seguido dos carnês (17,3%) e o financiamento de veículos (10,6%). Quanto ao tempo de dívida, 21,6% das famílias que foram entrevistadas disseram estar comprometidas com dívidas até três meses, enquanto 34,2% por mais de um ano.

Principais Tipos de dívida



O alto índice de endividados é reflexo da crise financeira mundial causada, principalmente pelo surto do corona vírus. No entanto, para o educador financeiro Azevedo Silvio (2020), a pandemia não é a única responsável por todo esse cenário. Para o educador, a falta de conhecimento para lidar com as finanças leva à perda de controle.

“Infelizmente, essa é uma realidade que faz parte da cultura nacional e precisa ser repensada urgentemente. A pandemia evidenciou os riscos da falta de planejamento. Muitas pessoas vivem pensando apenas em necessidades do presente e não sabem como poupar corretamente, investir seus ganhos, traçar um plano e criar estratégias para conseguir lucrar em longo prazo.” (Azevedo, S. 2020).

O consumo em excesso é outro fator que além da má administração da renda influencia muito para a desordem financeira. Grande parte dos brasileiros não planejam suas compras e terminam o mês com dívidas. É necessário ter um planejamento correto dos gastos com o hábito de sempre ter uma reserva emergencial para imprevistos (Azevedo, Silva 2020).

Pesquisas apontam que apenas 28% dos brasileiros tem alguma reserva para se manterem em um período de três meses (Data Folha, abril, 2020). Mais de 61% da população afirmam que não aproveitam a vida como gostariam e 57% não tem qualquer planejamento para garantir a segurança financeira (CNDL E SPC Brasil).

Todos esses dados comprovam que ter dificuldades para lidar com o orçamento doméstico ainda é uma realidade da maioria dos brasileiros. Um levantamento feito pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostrou que quase 80% dos consumidores vivem com o orçamento no limite e sem uma reserva para emergências. A falta de planejamento e educação financeira que o país tem, reflete no número crescente de inadimplentes.

3.4 Planejamento Financeiro e Finanças Pessoais

3.4.1 Planejamento financeiro

Para Gomes (2011), a ausência de planejamento pode levar as famílias ao superendividamento, situação em que o devedor se vê impossibilitado de honrar com suas dívidas presentes e futuras, com sua atual capacidade de renda.

Se planejar financeiramente possibilita ao cidadão ou família ajustar seus recursos às suas necessidades. Para tanto é necessário que haja o envolvimento de todos que se sujeitam ao mesmo orçamento, tendo conhecimento de valores, estabelecendo metas, prazos e prioridades (Giaretta, 2011, p.10).

Da mesma forma que as empresas que fazem seus planejamentos estratégicos regularmente, se preparando para o que está por vir, todas as famílias e indivíduos também deveriam se planejar, independente da classe social ou fase da vida (Cherobin e Espejo, 2010).

Ter um planejamento financeiro significa estabelecer e seguir um plano que possibilite acumular bens e valores que vão compor o patrimônio de uma pessoa ou família (Frankenberg, 1999, P.31).

Para oliveira e Kaspczak (2013), a educação financeira e o planejamento financeiro pessoal estão relacionados, pois ele é um plano que as pessoas formulam buscando suas metas, de maneira a não comprometer a estabilidade financeira familiar. O alcance da educação financeira tem utilidade no sentido de que há necessidade de elaborar planejamento financeiro e realizar investimentos estratégicos, amparando em suas decisões, conseqüentemente, contribuem para uma utilização adequada dos recursos financeiros (Greenspan, 2002).

Macedo Junior (2007) exemplificou o funcionamento do planejamento financeiro como um mapa de navegação para a vida financeira, mostrando onde se está, aonde quer chegar e quais caminhos tomar para se bem sucedido.

Para isso descreve os seguintes passos para por o planejamento em prática:

1º determinar a situação financeira;

- 2º definir os objetivos;
- 3º Criar metas de curto prazo para cada objetivo;
- 4º avaliar a melhor forma de atingir as metas;
- 5º colocar em prática o plano de ação;
- 6º Revisar as estratégias.

Rocha e Vergili (2007), explicam que os objetivos de curto prazo são aqueles que serão realizados no prazo de uma semana, um mês ou no máximo um ano. Já os objetivos de longo prazo se caracterizam por aqueles que levarão mais de um ano pra se concretizarem. Mas para usar qualquer ferramenta de controle de gasto, é necessário entender e também descrever quais são os objetivos de curto e longo prazo (Zenkner, 2012).

A finalidade do planejamento pessoal é acumular reservas para a concretização de objetivos em diferentes períodos da vida e também, para enfrentar eventuais problemas financeiros. Ele desenvolve responsabilidades para que o indivíduo possa administrar seus ganhos e investimentos, de forma a melhorar a situação financeira atual e evitar futuros problemas (Leal e Melo, 2008).

Leal e Nascimento (2011) explicam que para dar início a esse processo de planejamento é preciso começar pelo orçamento, e logo depois elaborar um fluxo de caixa, onde estarão descritos todas as receitas e despesas recebidas e obtidas durante o mês.

O orçamento é uma ferramenta do planejamento financeiro que é composto por estratégias que posteriormente serão colocadas em prática. Pires (2007) diz que o orçamento serve para averiguar em quais meses haverá uma falta e em quais haverá um excedente. Sendo um aglomerado de previsões tendo como estimativa a passividade. Essa ferramenta é singular para cada pessoa ou família, e ao fazer os devidos preenchimentos sobre os gastos e recebimentos, se tornarão capazes de fazer uma autoavaliação, o que evitará gastos desnecessários, melhorado o uso dos recursos (Leal e Nascimento, 2011).

O fluxo de caixa é o instrumento que representa as entradas e saídas de dinheiro ao longo dos períodos (Frankenberg, 1999). O Fluxo de caixa é uma demonstração que compreende a situação real, e auxilia visualizar e compreender as movimentações financeiras em um dado período.

O planejamento das finanças é feito constantemente e está sempre mudando. Cada indivíduo se organiza da sua própria maneira. Esse controle pode ser feito por diversos meios, sejam eles planilhas, anotações e até os mais sofisticados softwares.

Um fluxo de caixa bem detalhado possibilita estimar e prever o que vai ser gasto, a quantia a ser investida, e o valor a ser recebido nos períodos futuros (Blanco, 2014). Dessa forma um orçamento é formulado, controlando as despesas e gastos em busca de um equilíbrio com as receitas.

O processo não é o mais importante, mas sim que esses controles sejam cada vez mais eficientes. Para isso é necessário que se revise periodicamente, avaliando a progressão dos objetivos e metas estipulados, e verificar se os mesmos estão sendo alcançados.

Nem sempre fazer um planejamento financeiro significa cortar gastos, mas sim gastar da melhor maneira possível o dinheiro com coisas realmente significativas.

3.4.2 Finanças pessoais

O tema finanças pessoais começou a ser reconhecido somente nas últimas décadas devido à crise econômica. Pelo histórico o brasileiro não possui o hábito de administrar suas finanças pessoais. Com a implantação do plano real e a estabilização da moeda, é que o tema passou a ter mais destaque. Apesar de sua importância, a população ainda não lhe deu a atenção necessária.

Organizar as finanças pessoais é algo importante na vida de todos independente de ser alguém que trabalha na área financeira. Todas as decisões financeiras de um indivíduo ou família se baseiam na ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros, denominada finanças pessoais (Paludo et al., 2011).

Para Costa (2004), o segredo do dinheiro está no bom gerenciamento das finanças pessoais. Quem for capaz de planejar e organizar a vida financeira é capaz também de poupar recursos consideráveis para ter segurança em um momento necessário.

Fernandes, Monteiro e Santos (2012) dizem que as finanças pessoais, a administração do próprio dinheiro, organização das contas e receitas, aplicações financeiras, provisionamento de rendimentos e priorização de investimentos estão relacionadas entre si.

Gomes e Sorato (2010) verificaram a importância de não só ter uma boa remuneração, mas também de conseguir mantê-la. E isso é possível através do desenvolvimento do controle das finanças pessoais.

Para Maroni Neto (2011), a gestão de finanças pessoais é constituída na busca de melhores formas de destinar os recursos. E para isso seja possível é necessário que o indivíduo se eduque financeiramente, para então progredir nas finanças pessoais. Uma vez expostos a essa educação financeira, novos hábitos serão gerados, levando-os a ter uma cultura financeira.

Uma pesquisa realizada pelo SPC reafirmou a carência que o brasileiro tem quando o assunto é educação financeira. Os altos percentuais indicaram que considerável parte da população não tem domínio sobre informações básicas. Ao analisar as situações chegaram à conclusão de que é um problema que afeta todas as esferas sociais. Dados da pesquisa ainda constataam que 81% das pessoas não tem conhecimento algum sobre finanças pessoais.

Mediante ao que foi explanado, foi possível ressaltar que aqueles que não têm o hábito de fazer um planejamento financeiro são como leigos diante das suas finanças e gastos, e acaba por adiar os sonhos e objetivos. Dessa forma, evidencia-se que para viver de forma mais segura e tranquila é necessário ter um controle financeiro eficaz, ter metas a serem cumpridas; estar preparado para eventuais imprevistos, abrir mão de gastos desnecessários e por fim ter uma reserva financeira.

3.5 Importância da Educação Precoce

Questionamentos simples sobre educação financeira, não fazem parte da rotina da grande maioria dos brasileiros. O país não tem cultura financeira e isso reflete na forma em que os brasileiros lidam com as finanças no geral.

Estudos feitos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), com o objetivo de comparar o índice de letramento financeiro em 30 países, identificaram que todos os países tiveram uma média abaixo do desejado. O Brasil ficou 1,2 pontos abaixo da média mundial.

No estudo da OCDE alguns dados alarmantes foram identificados. Sobre o conhecimento financeiro menos da metade dos brasileiros conseguiram acertar a pontuação mínima desejada. Apenas 30% dos brasileiros acertaram uma questão sobre juros compostos. E 18% acertaram a pergunta que continha uma combinação de juros simples e compostos.

O assunto não parece agradar a maioria, mas é extremamente necessário, visto que, juros simples e compostos, por exemplo, fazem parte de praticamente todas as operações comerciais, como empréstimos, cheque especial, fatura de cartão de crédito, entre tantos outros. Não ter conhecimento sobre, é o mesmo que dar espaço para golpes ou perder o controle com as dívidas.

O estudo da OCDE evidenciou ainda que apenas quatro a cada dez brasileiros possuem o hábito de montar um orçamento. É uma parcela muito pequena da população, visto anteriormente, a importância do mesmo pra quem deseja organizar a vida financeira.

Coelho (2014) reforça a importância de ter o conhecimento sobre educação financeira desde cedo. Para que os adultos sejam indivíduos responsáveis financeiramente, é preciso uma

base de conceitos e ferramentas e, por isso, a importância da educação financeira enquanto ainda é jovem.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) obteve os seguintes resultados: apenas 21% das pessoas tiveram educação financeira até os 12 anos de idade, destes, 45% não compartilham ou passam poucas informações sobre o orçamento da casa para seus filhos. A pesquisa ainda apontou que, 42% aprendem sobre o assunto com os pais, e 37% não costumam falar sobre situação financeira com os próprios parceiros. Especialistas consideram os números obtidos muito longe do que consideraria ideal.

Lusardi, Mitchell e Curto (2010) identificaram o baixo nível de instrução financeira entre os jovens, sendo que menos de um terço possuem conhecimentos básicos sobre inflação, taxas de juros e outros diversos riscos. Além disso, verificou que o baixo nível de instrução financeira foi relacionado com características sociais, demográficas e também, as condições financeiras da família.

Aperfeiçoar os conhecimentos sobre educação financeira não é somente ter algo para acrescentar no currículo, é um meio de garantir a independência, e também a única maneira de cuidar bem do dinheiro, independente do tamanho do patrimônio. Enquanto o conhecimento é somente delegado a outro, os interesses próprios ficam em segundo plano (Dana, 2016).

Diante da deficiência educacional financeira enfrentada pelo país, vê-se necessário desenvolver projetos que encorajem escolas, educadores e colaboradores a colocar em prática a disciplina de educação financeira e a tornar como matéria obrigatória na grade curricular, para que as crianças possam crescer e criar hábitos saudáveis e conscientes em relação ao dinheiro.

A escola é um ambiente que proporciona aos estudantes não apenas conhecimento cognitivo, mas também a capacidade de gerir suas vidas em sociedade, aprendendo a fazer escolhas, descobrindo maneiras de alcançar projetos já sonhados (ENEF, 2010). A ENEF complementa ainda, que o estudo da educação financeira é importante, pois capacitam as gerações futuras para lidar com as decisões financeiras que serão necessárias ao longo de toda a vida.

Verifica-se, que quanto mais cedo esse conhecimento sobre educação financeira for adquirido, maiores serão as chances de os indivíduos realizarem melhores escolhas e tomarem decisões financeiras mais conscientes. Caso o jovem esteja educado financeiramente, poderá ser um agente de mudança e multiplicador na família, porém, caso isso não aconteça, provavelmente se tornará o mais novo integrante da lista de devedores (Dsop, 2016).

A educação financeira é de extrema importância para que o cidadão possa aprender a lidar com as finanças do seu dia a dia, e possa utilizar de forma racional seus recursos, a fim de adquirir qualidade de vida. As crianças também são consumidoras e também precisam ser preparadas desde cedo para lidar de forma positiva com o dinheiro. Por esse ângulo, a família e a escola são importantes associados na composição de um novo padrão de comportamento das crianças, os futuros adultos. Por meio da educação financeira é possível criar cidadãos com consciência e mais capacitados para a construção do desenvolvimento econômico e social do país (Dinheirama, 2010, P.1).

3.6 Iniciativas do Governo: Ensino da Educação Financeira

Todas as escolas brasileiras devem agregar a educação financeira à grade curricular esse ano. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu a educação financeira entre os temas oblíquos que obrigatoriamente constarão no currículo escolar de todo o país.

A partir disso, o tema passa a fazer parte dos assuntos que deverão agregar as propostas pedagógicas de estados e municípios de todo o Brasil.

Durante o desenvolvimento da BNCC, a ENEF, juntamente com a CONEF (Comitê Nacional de Educação Financeira, Ministério da Fazenda, MEC (Ministério da Educação), entre outros órgãos governamentais, trabalhou em conjunto para o tema educação financeira finalmente fosse inserido). Especialistas que compõem esses órgãos afirmam que a presença da educação financeira na BNCC representa um grande avanço para o país.

Materiais de apoio serão fornecidos às redes de ensino para dar assistência aos professores para desenvolver as habilidades. Além destes, os profissionais da educação têm total liberdade para inserir outros materiais que julgarem necessários para desenvolver o tema em sala de aula.

Apesar do fato da BNCC incluir a educação financeira na grade apenas esse ano, há tempos que os governos juntamente com as entidades e educadores vem argumentando uma maneira de inserir educação financeira nas escolas. O Brasil tem desde 2010, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

A ENEF é uma política pública de 2010, que tem com objetivo estimular a educação financeira e previdenciária da população, e também cooperar com o crescimento da cidadania e a durabilidade do sistema financeiro nacional, promovendo dessa maneira, escolha mais acertadas dos consumidores. Na página da entidade ficam disponibilizados materiais didáticos que podem ser baixados de forma gratuita e materiais informativos para jovens e adultos.

Em 2014 foi realizado o primeiro Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira. Este foi um projeto idealizado pela ENEF e coordenado pela ENEF-Brasil. Este mapeamento identificou mais de 800 ações nas diferentes regiões brasileiras.

Os relatórios do mapeamento chegaram as seguintes conclusões entre pessoas físicas e jurídicas que responderam ao questionário: 60% das iniciativas são gratuitas; 50% tem atuação no território nacional; as regiões Sul e Sudeste apresentam maior concentração de iniciativas. 46% contemplam até 500 favorecidos e 20% atendem mais de 10.000,00 ao ano.

O mapeamento ainda evidenciou que 46% das iniciativas são presenciais, 37% presencial e virtual e 17% somente virtuais.

Os dados obtidos através do mapeamento mostraram o grande desafio a ser enfrentado pelo país para conseguir que a nação se eduque financeiramente.

Com o pouco que já se efetivou nas escolas por esses programas governamentais os resultados começaram a ser evidenciados. Conforme a AEF-Brasil, uma pesquisa feita juntamente com o Serasa Consumidor e o Serasa Experian esse ano, evidenciou que um a cada três estudantes afirmou ter aprendido a importância de poupar dinheiro depois de participar de projetos Educação Financeira. 24% desses passaram a dialogar com os pais sobre educação financeira e 21% aprenderam como fazer um melhor uso do dinheiro.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, mostrou que as famílias brasileiras comprometem cerca de 13% do seu orçamento todo mês com pagamento de juros oriundos de seus endividamentos. A quantidade de dívidas que são adquiridas por essas mesmas famílias equivalem a 39% da renda mensal. 48% da renda total é o que sobra para prover todas as demais despesas, como alimentação, saúde, educação, moradia, entre outros.

A inovação tecnológica e o livre comércio entre os países, que se tornaram possível com a globalização a partir dos anos 1990, contribuiu bastante para o crescimento econômico e conseqüentemente uma melhor distribuição da renda. Entretanto, na mesma proporção a onda do consumismo também cresceu. O consumidor brasileiro motivado pelas inúmeras propagandas, e as eventuais facilidades, passou a comprar bem mais. No entanto na maioria das vezes não se planejava para essas mesmas compras.

Souza e Torralvo (2004), afirmam que a população brasileira tem grandes dificuldades para gerir seus recursos pessoais, e isso pode ser pelo baixo grau de escolaridade. Para eles a assimetria que existe em entre as receitas e a despesas, o alto consumo e a baixa propensão a poupar são os principais indícios que levam aos problemas financeiros. Juntamente com isso os fatores sociais, culturais e psicológicos.

A UFC-Ceará (Universidade Federal do Ceará) diz que existe uma relação direta entre o grau de escolaridade e o número de aplicações financeiras e poupanças existentes. O levantamento feito pela Universidade evidenciou que 43% dos entrevistados que possuem curso superior, tem algum tipo de aplicação financeira e poupam com regularidade; 17% é o percentual dos entrevistados com nível médio de estudos que possuem aplicações financeiras e poupanças. E quanto aos com baixo grau de escolaridade correspondem a apenas 3%. O estudo realizado pela Universidade concluiu que nesse caso, que quanto maior a renda, maior é a probabilidade de poupar.

O estado possui o dever de proporcionar educação financeira por meio dos órgãos específicos, e aos poucos com auxílio de instituições como o BACEN, CVM, Bolsa de Valores, vem estimulando o ensino da educação financeira em escolas, faculdades e instituições religiosas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar como a educação financeira influencia os indivíduos em sua tomada de decisões, e também averiguar se a falta da mesma tem relação com o descontrole financeiro e níveis de endividamento e inadimplência.

No decorrer da análise de estudos feitos anteriormente, e dados de diversas pesquisas, evidenciou-se que pessoas que tiveram acesso á educação financeira, lidavam melhor com suas finanças e tinham menos propensão a entrar no índice de inadimplentes.

Foi possível perceber que a educação financeira está diretamente ligada ao bem estar, pois desempenha uma influência positiva na vida das pessoas. Isso passa a ser visível no momento em que se compreende, através do ensino e aprendizagem, que ter dinheiro está muito mais relacionado com a forma que se gasta, dos hábitos e a disciplina do que propriamente do quanto se ganha.

A educação financeira vai além de economizar, poupar ou cortar gastos. Aprender a lidar com o dinheiro de forma saudável é uma questão de qualidade de vida. Como a grande maioria não tem o hábito de colocar o planejamento financeiro como prioridade, esse fato acaba por não ser admitido.

Observou-se que a busca para a educação financeira é um processo complexo, mas é igualmente transformador. Notou-se que é imprescindível fazer um planejamento financeiro pessoal, e que está é uma prática que ajuda no sucesso para alcançar objetivos, sejam eles de médio, curto ou longo prazo.

Ter o conhecimento de como fazer um planejamento pessoal de forma correta, não importando qual o tipo de ferramenta a ser utilizada, é essencial. Ao fazer o lançamento das receitas e despesas, é possível notar os gastos desnecessários e os que são exorbitantes, como exemplo, comprar algo pelo simples fato de estar na promoção.

Dessa forma, fica claro que o indivíduo que se planeja financeiramente não é aquele que simplesmente paga as contas em dia, e aguarda sobrar algum dinheiro no mês seguinte

Diante do cenário se insuficiência do ensino da educação financeira, Domingos (2013, P. 28) acentua a necessidade de a educação financeira entrar nas salas de aulas, para que dessa forma as novas gerações possam surgir. Assim, seriam capazes de fazer escolhas acertadas na hora de comprar e investir, sem comprometer a saúde financeira.

O cenário da educação financeira no país ainda está muito longe de ser o ideal, mas está caminhando, visto que órgãos federais juntamente com o governo já identificaram a

importância de uma população educada financeiramente, e tem implantado programas para alcançar cada vez mais pessoas.

Concluiu-se então, que a educação financeira possibilita um bom relacionamento com o dinheiro, mas só é possível com disciplina e estudo. Dessa forma, a presente pesquisa foi uma tentativa de denotar e evidenciar a importância da educação financeira e conscientizar a população acerca desse tipo de assunto.

Por fim, entender que a implantação da educação financeira é um processo lento em um país que não tem histórico cultural no assunto, mas mesmo nos pequenos passos dados, as influências demonstram mudanças. Mudanças essas que vão além de vida e rotina, mas interferem em toda uma cultura, mudando os hábitos e a forma com a qual as pessoas estão acostumadas a lidar com suas finanças. A partir disso surge novas demandas, os novos investidores, novas empresas, tendendo a crescer cada vez mais.

6 BIBLIOGRAFIA

Domingos, Reinaldo. Sabedoria Financeira: O milagre da multiplicação de seus recursos, 2013.

Domingos, Reinaldo. Quatro perguntas para fazer antes de investir. Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/artigos/2018/03/quatro-perguntas-investir/>>. Acesso em: novembro, 2020.

Domingos, Reinaldo. Terapia financeira: realize seus sonhos com educação financeira. Rio de Janeiro: DSOP, 2012.

AEFBRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. A estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF, instituída pelo decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacao-financeira/>>. Acesso em: Novembro, 2020.

Massaro, A. Como cuidar de suas finanças pessoais. Brasília, DF: CFA, 2015. Disponível em: <http://bluehost1.cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilhafinanca-pessoal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Cordeiro, R. A.; Almeida, L. M.; Figueiredo, J. C. B. Classe Média Brasileira: Mais Dinheiro e Menos Dívidas, Sonho ou Realidade? In: Encontro de Administração Política, 6., 2013. Vitória da Conquista, BA.

Rocha, Ricardo Humberto. Educação Financeira em pauta. Disponível em: Acesso em: novembro, 2020.

Cherobim, Ana Paula; Espejo, Márcia. Finanças Pessoais conhecer para enriquecer! São Paulo, Atlas, 2010.

Banco Central do Brasil. Relação de Instituições em Funcionamento no País. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento> Acesso em: novembro, 2020.

CONEF. Educação Financeira nas Escolas: ensino médio: livro do professor 1ª edição – Brasília: CONEF, 2013. Bloco 1.

CONEF. Educação Financeira nas Escolas: ensino médio: livro do professor 1ª edição – Brasília: CONEF, 2013. Bloco 2.

CONEF. Educação Financeira nas Escolas: ensino médio: livro do professor 1ª edição – Brasília: CONEF, 2013. Bloco 3.

Banco Central do Brasil e a educação financeira. Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2FintroducaoPEF.asp>. Acesso em Novembro 2020.

Bassil, R. L. A importância da educação financeira. OABPrev.org, abr. 2018. Disponível em: <http://www.oabprev-pr.org.br/noticias-detail.php?id=750&tit=artigo-aimportancia-da-educacao-financeira>. Acesso em: Novembro 2020.

Lusardi, A.; Mirchell O. S. Financial Literacy and Retirement Planning In The United States. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, n. 17108, jun. 2011.

Klapper, L.; Lusardi, A.; Panos G. A. Financial Literacy and the Financial Crisis. Netspar Discussion Paper No. 03/2012-007, mar. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2038765. Acesso em: novembro, 2020.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness, jul. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/7/17/35108560.pdf>. Acesso em: Novembro, 2020.

PEIC Nacional. São Paulo: Pesquisa CNC, endividamento e inadimplência do consumidor, dez. 2018. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_dezembro_2018.pdf. Acesso em: Dezembro, 2020.

SERASA. Inadimplência do consumidor atinge 61,6 milhões, revela Serasa, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-deimprensa/inadimplencia-do-consumidor-atinge-616-milhoes-revela-serasa>. Acesso em: Dezembro, 2020.

Braunstein, Sandra e Welch,Carolyn. Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy. Federal Reserve Bulletin. Nov, 2002.

Vieira, J. F. A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma, SC. (Monografia). Criciúma, SC, UNESC, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3238/1/JOANA%20FRANCISCO%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: Dezembro, 2020.

Silva, J. T. L.; Souza, D. A; Fajan, F. D. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 12, 2015. Resende, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: Dezembro, 2020.

Brusky, B.; Magalhães, R. Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in Sao Paulo. Geneva: International Labour Office Geneva, 2006.

Frankenberg (1999, P. 31), Apud Halles, Cláudia Regina et, al. O planejamento Financeiro como Qualidade de Vida. Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financfina_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf. Consulta em Dezembro, 2020.

Lakatos, E.M., Marconi, M.A. (2010) Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa. (7 ed.) – São Paulo: Atlas.

SPC brasil. Empréstimos e dívidas no cartão são os principais vilões da inadimplência, revela spc brasil. Recuperado em: .
Dezembro, 2020.

Macedo Jr., J. S. (2007) A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

Oliveira, Rodrigo Bonim de Kaspczak, Márcia Cristina de Mello. Planejamento Financeiro Pessoal: Uma revisão Bibliográfica. In: Congresso Internacional de 20 Administração, Gestão Estratégica: Criatividade e Interatividade. 2013. Disponível em: . Acesso: Novembro, 2020.

Greenspan, A. (2003) "Opening remarks". In: Federal Reserve Bank of Kansas City, Symposium on Monetary Policy and Uncertainty: Adapting to a Changing Economy, August 28-30, 2003. [<http://www.kansascityfed.org/PUBLICAT/SYMPOS/2003/pdf/Greenspan>].

Rocha, R. H.; Vergili, R. Como esticar seu dinheiro: Fundamentos de educação financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Zenkener, D. Finanças pessoais: uma análise da gestão financeira das famílias com renda acima de 10 salários mínimos do município de Lajeado. 2012. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

Leal, Douglas Tavares; Melo Sheilade. A Contribuição da Educação Financeira para a Formação de Investidores.

PIRES, Flávia Ferreira 2003 Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. Etnografia da Festa da Catingueira/PB, Rio de Janeiro, dissertação, Museu Nacional, UFRJ.

Paludo M., C, Krüger R., L, (2011). Ação da enzima pectinase na extração do suco de jaboticaba. Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 15, n. 3, p. 279-286, set./dez.

Costa, Marisa Vorraber. Quando o pós-moderno invade a escola: um estudo sobre novos artefatos, identidades e práticas culturais. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq. (2004-2007), 2004.

Gomes, D. M.; Sorato, K. A. D. L.. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos. Seminário de Ciências Sociais Aplicada. V. 2, n. 2. 2010.

Maroni Neto, Ricardo. Manual de gestão de finanças pessoais: um guia sobre planejamento financeiro, consumo, equacionamento de dívidas, formação de poupança e investimentos. São Paulo: Iglu, 2011.

**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

Pelo presente instrumento, Eu, NOME COMPLETO, enquanto Francielle dos Santos autorizo o Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS a disponibilizar integralmente, gratuitamente e sem ressarcimentos, o texto A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS DE 25 A 40 ANOS, tanto em suas bibliotecas e repositórios institucionais, quanto em demais publicações impressas ou eletrônicas da IES, como periódicos acadêmicos ou capítulos de livros e, ainda, estou ciente que a publicação poderá ocorrer em coautoria com o/a orientador/orientadora do trabalho.

De acordo com a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, tomo ciência de que a obra disponibilizada é para fins de estudos, leituras, impressões e/ou *downloads*, bem como a título de divulgação e de promoção da produção científica brasileira.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento da Legislação de Direito Autoral e também da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio, e uso inadequado ou impróprio de trabalhos de outros autores.

Goiânia, 10 de Dezembro de 2020.

Francielle dos Santos
Francielle dos Santos
Discente

José Donizete Lobo
Orientador (a)

**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

Pelo presente instrumento, Eu, NOME COMPLETO, enquanto Malluma Marques Resende autorizo o Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS a disponibilizar integralmente, gratuitamente e sem ressarcimentos, o texto A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS DE 25 A 40 ANOS, tanto em suas bibliotecas e repositórios institucionais, quanto em demais publicações impressas ou eletrônicas da IES, como periódicos acadêmicos ou capítulos de livros e, ainda, estou ciente que a publicação poderá ocorrer em coautoria com o/a orientador/orientadora do trabalho.

De acordo com a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, tomo ciência de que a obra disponibilizada é para fins de estudos, leituras, impressões e/ou *downloads*, bem como a título de divulgação e de promoção da produção científica brasileira.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento da Legislação de Direito Autoral e também da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio, e uso inadequado ou impróprio de trabalhos de outros autores.

Goiânia, 10 de Dezembro de 2020.


Malluma Marques Resende
Discente

José Donizete Lobo
Orientador (a)

**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

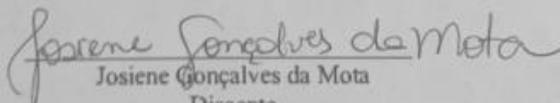
**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

Pelo presente instrumento, Eu, NOME COMPLETO, enquanto Josiene Gonçalves da Mota autorizo o Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS a disponibilizar integralmente, gratuitamente e sem ressarcimentos, o texto A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DAS DECISÕES DE CONSUMO E INVESTIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS DE 25 A 40 ANOS, tanto em suas bibliotecas e repositórios institucionais, quanto em demais publicações impressas ou eletrônicas da IES, como periódicos acadêmicos ou capítulos de livros e, ainda, estou ciente que a publicação poderá ocorrer em coautoria com o/a orientador/orientadora do trabalho.

De acordo com a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, tomo ciência de que a obra disponibilizada é para fins de estudos, leituras, impressões e/ou *downloads*, bem como a título de divulgação e de promoção da produção científica brasileira.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento da Legislação de Direito Autoral e também da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio, e uso inadequado ou impróprio de trabalhos de outros autores.

Goiânia, 10 de Dezembro de 2020.


Josiene Gonçalves da Mota
Discente

José Donizete Lobo
Orientador (a)